

Odiana assinou protocolo pioneiro com o Governo

A Odiana assinou a 13 de Maio com o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, e com o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional Miguel Poiars Maduro, um projeto-piloto para iniciar a descentralização de competências nos municípios do Baixo Guadiana.

Os municípios do Baixo Guadiana – Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António – que compõem a associação Odiana estão confiantes que o acordo que a associação assinou com o Governo vai trazer escala e maior poder de decisão sobre determinadas matérias. De acordo com o presidente da associação Odiana, edil vilarealense Luís Gomes, a medida representa “um passo em frente nos modelos de gestão autárquica”, aumentando a competitividade e quantidade dos serviços prestados por cada um dos municípios “sem que isso represente um custo acrescido para cada uma das Câmaras Municipais”.

A iniciativa junta os municípios do Baixo Guadiana e permitirá a gestão supramunicipal de setores comuns como os transportes ou a floresta, aumentando a eficácia da administração pública e evitando a duplicação de recursos e serviços na mesma zona geo-

gráfica.

No caso do Baixo Guadiana, o objetivo é fazer a administração conjunta de áreas como o ordenamento, a proteção civil, a recolha e valorização de resíduos sólidos urbanos, a gestão florestal e dos transportes, ou a promoção dos setores da cultura e turismo, simplificando a gestão do território.

“Estes são exemplos de responsabilidades comuns ao território dos três municípios que ganharão em qualidade e eficácia ao serem administradas em conjunto. No caso concreto de VRSA, não faz sentido gerirmos isoladamente a limpeza das nossas praias quando partilhamos geograficamente toda a linha de costa e possuímos uma área territorial contínua”, explica Luís Gomes.

Gestão das zonas ribeirinhas

Na proposta que foi assinada, o Governo compromete-se ainda a

descentralizar, para os três municípios, a gestão das zonas ribeirinhas, marítimas e fluviais e ainda outras competências na área da saúde.

A assinatura do «acordo quadro para o estabelecimento dos projetos-piloto de partilha e integração de serviços dos municípios» envolve, além da associação Odiana (composta por três concelhos), a Comunidade Intermunicipal de Aveiro (composta por 11 autarquias).

A implementação do projeto inicial de transferência de competências, que avançará desde já, terá o apoio técnico e financeiro do Governo.

3,5 milhões de euros

“Abrimos uma linha de financiamento para ajudar a suportar os custos de transição” para uma gestão partilhada, explicou o secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, na cerimónia. “São 3,5 milhões de euros de uma verba prevista no



O acordo quadro foi assinado a 13 de maio

Orçamento do Estado que ajuda os municípios neste esforço de agregação”, sustentou.

Para aceder a esta verba as câmaras terão que apresentar, no contexto da respectiva comunidade intermunicipal (CIM), um projecto em que expliquem quais as poupanças que pretendem atingir e em que garantam que não haverá duplicação de serviços.

Leitão Amaro explicou que o objectivo da reforma, a última do Governo no sector local, é aumentar a sustentabilidade e dar mais possibilidades às câmaras. “Quando antes o mesmo serviço era feito isoladamente ou nem era feito, porque o município não tinha capacidade de o criar, agora, por fazer em conjunto, o serviço é sustentável, é viável e até pode ser melhor”, antecipa.

Terminada dragagem da barra do Guadiana há mais expectativa na dinamização marítimo-turística

Os governos de Portugal e Espanha terminaram a obra de desassoreamento da barra do Guadiana, devolvendo a navegabilidade à foz do rio, que agora recuperou uma profundidade mínima de 3,5 metros. A intervenção - avaliada em 850 mil euros - teve por base o memorando de entendimento assinado em Lisboa, em 2014, entre o Governo Português e a Junta de Andaluzia, e foi conduzida pela Consejería de Fomento y Vivienda da Andaluzia.

Para Luís Gomes, presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, “a operação irá aumentar as valências marítimo-turísticas do território do Baixo Guadiana e amplia as potencialidades de requalificação da frente ribeirinha de VRSA”.

Esta obra tem um carácter histórico, uma vez que concretiza um desejo ambicionado pelos algarvios há quase 30 anos e permite a navegação, em segurança, das embarcações turísticas, desportivas e pesqueiras.

A dragagem incidiu numa zona de

1250 metros de comprimento por 60 metros de largura, tendo sido retirados cerca de 63 mil metros cúbicos de sedimentos do fundo do Rio Guadiana, que foram utilizados para realimentar as praias mais próximas da foz.

Para o presidente da autarquia de VRSA, “as dragagens representam igualmente uma clara vitória da Eurocidade do Guadiana”, tendo destacado que, «pela primeira vez, se passou dos projetos a uma intervenção no terreno”.

A obra de desassoreamento da barra do Guadiana foi financiada pelo Programa Europeu de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP), em Portugal conduzido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Obra de dragagem até Alcoutim em fase de concurso

Ao que o JBG conseguiu apurar, em



O rio agora recuperou uma profundidade mínima de 3,5 metros

finais de Maio estava em fase final o concurso para a dragagem e balizamento desde a ponte Internacional do Guadiana até Alcoutim. A obra terá de ser adjudicada até ao final de Junho, sendo que terá um prazo

de execução de cerca de 100 dias. A dragagem será até uma cota -2 e serão seis os pontos mais problemáticos a resolver. As embarcações que poderão navegar terão até 70 metros de comprimento e 1,80

metros de calado.

Recorde-se que a obra de desassoreamento da Foz estava a cargo da vizinha Espanha, enquanto que esta está a cargo do Governo português.